

Rolagem da dívida com os estados será feita caso a caso, diz Fernando Henrique

por Raquel Stenzel
de Brasília

O ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, disse ontem que o governo não pretende esperar a aprovação do projeto de lei de rolagem das dívidas dos estados e municípios, em tramitação na Câmara dos Deputados, para negociar com os governos estaduais. O governo pretende negociar caso a caso enquanto a lei não é aprovada e, à medida que os acordos sejam feitos, assinar os contratos de renegociação de débitos.

O ministro não pretende discutir individualmente com cada estado apenas o limite de comprometimento da receita líquida com o pagamento das dívidas, mas todos os critérios que envolvem a renegociação. Ele, contudo, não admite que o governo tenha desistido de conseguir a aprovação do projeto de lei que estabelece regras igualitárias para todos os estados. Ele disse que pretende discutir com o deputado Germano Rigotto (PMDB-RS), relator do substitutivo na Câmara dos Deputados como será a tramitação do projeto.

"Não precisamos optar entre uma coisa e outra, enquanto a lei não é possível, avançamos em outras negociações", explicou o ministro.

O secretário da Fazenda do Estado da Bahia, Rodol-

O orçamento gaúcho

por Erico Valduga
de Porto Alegre

O governador do Rio Grande do Sul, Alceu Collares (PDT), está propondo à Assembleia Legislativa — em mensagem enviada recentemente, na qual também sugere a redução dos percentuais de participação dos poderes Judiciário e Legislativo na receita tributária líquida do estado em 1994 — que apenas 28,4% da receita própria líquida do próximo ano estarão disponíveis para cobrir despesas com pessoal, manutenção e investimentos (exceto educação). Com base nos Cr\$ 82,5 trilhões (US\$ 1,555 bilhão) da receita prevista para 1993, o índice corresponderia a Cr\$ 23,34 trilhões. Somente no mês de junho, a folha de pagamento do funcionalismo gaúcho consumiu Cr\$ 5.452 trilhões (65,44% de uma arre-

cação de Cr\$ 8.615 trilhões).

A estimativa preliminar do Orçamento de 1994 indica que sobrarão ao Executivo 94,6% da receita própria líquida, após a transferência de 9,61% a outros poderes. Dos 94,6%, estão comprometidos 66,2%, a maior parte por disposições legais: 27,7% com educação, 1% com a Fundação de Amparo À Pesquisa (Fapergs), 11,8% com receitas vinculadas e contrapartidas (convênios e contratos), 7% com serviços da dívida (índice pleiteado pelo governo do estado em Brasília e que corresponderia a US\$ 96 milhões em 1994), e 18,7% com encargos gerais (menos inativos da Educação). Sobiram 28,4% para programar as demais despesas com pessoal, manutenção e investimentos (exceto educação).

pho Tourinho Neto, afirmou ao repórter Pedro Rúbio em Salvador que se o governo federal optar por acertar caso a caso a dívida com os estados poderá tornar mais espinhosa ainda a sua missão.

"É difícil que o governo aja assim porque isso vai tornar o processo muito mais complicado. O grande avanço que houve nos últi-

mos dois anos de discussão do tema foi se conseguir chegar a determinados parâmetros que satisfazem a todos os estados", afirmou Tourinho Neto. Segundo ele, a negociação individualizada pode acabar privilegiando um ou outro estado. "Além do fato de que nenhum estado vai querer negociar em condições piores do que outro, a rolagem

da dívida precisa ter o amparo de um texto legal, já que a lei anterior caducou em dezembro de 1992", afirmou o secretário.

Tourinho Neto salientou ainda que os cortes determinados pelo governo federal em várias áreas não terão nenhum impacto sobre a economia baiana. "Isso não nos afeta em nada porque a Bahia trabalha exclusivamente com seus próprios recursos. Nem a polêmica sobre os bancos estaduais nos afeta porque o Baneb está com suas contas em dia", disse.

MALUF

Ontem, o ministro Fernando Henrique recebeu o prefeito de São Paulo, Paulo Maluf. Maluf apresentou um quadro financeiro da capital paulista, que indica que o município ao invés de dever a União é credor de US\$ 108 milhões.

Para chegar a esse número, Maluf computou como débito da União as parcelas de contratos para obras de saneamento e habitação assinados com a Caixa Econômica Federal.

DOLARIZAÇÃO

Fernando Henrique negou, ontem, que o governo esteja estudando medidas a serem tomadas até o final de ano para conter a inflação, que passam pela prefixação e a dolarização da economia. "Estamos pensando em organizar as finanças públicas, só isso. O resto é especulação", disse.

Negociar caso a caso com...

por Claudia Safatle
de Brasília
(Continuação da 1ª página)

misturar créditos de CRC das concessionárias estaduais com débitos que outros órgãos do governo estadual tenham com a CEF e o BNDES, por exemplo. Débitos do setor elétrico devem ser negociados separadamente e os estados alegam que as supridoras federais lhes devem Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

Para o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Clóvis de Barros Carvalho, essa ideia do encontro de contas é como um

"conto de fadas". Ele disse a este jornal que recebe com frequência em seu gabinete representantes de governos estaduais ou municipais cobrando dívidas que, efetivamente, inexistem. Citou como exemplo um prefeito que veio cobrar uma conta por ter feito recapeamento de um trecho de uma rodovia federal, que teria que ser de responsabilidade do DNER. Ou como fez ontem o prefeito de São Paulo, Paulo Maluf, que contabilizou como dívida com a prefeitura de São Paulo financiamentos contratados junto à CEF cujas parcelas ainda não foram todas liberadas.

O deputado Germano Rigotto negociou com todos os estados a elaboração do projeto de lei substitutivo e acha que ele seria aprovado sem dificuldades, ainda nesta semana, se o governo tivesse solicitado urgência. Ele disse ao repórter Eduardo Hollanda que se isso tivesse ocorrido o governo estaria ganhando tempo, pois na volta do recesso parlamentar faltaria apenas a aprovação do Senado Federal para que a lei entrasse em vigor. A partir daí, em 150 dias todos os contratos de rolagem deveriam estar assinados. Tendo em mãos uma lei, raciocina o deputado, o governo teria instrumentos mais

fortes de pressão junto aos devedores estaduais e municipais.

O ministro da Fazenda tem outros instrumentos para induzir os estados e municípios à negociação, começando pela não concessão de aval do Tesouro Nacional para empréstimos a governadores ou prefeitos inadimplentes com a União.

ESTATAIS

A Secretaria de Administração Federal (SAF) deverá divulgar hoje a lista das empresas estatais, autarquias e fundações que não entregaram as informações sobre salários e benefícios pagos aos funcionários, segundo a Agência Globo.